

aumento do funcionalismo

- Foto de Wilson Pedrosa

Brasília — A proposta orçamentária da União para 1987, a ser encaminhada ao Congresso nesta sexta-feira, prevê dispêndios globais de Cr\$ 378 bilhões, ou seja, um crescimento real de pouco mais de 10% sobre o montante previsto para 1986, que é de Cr\$ 340 bilhões, segundo os números definitivos da Secretaria de Orçamento e Finanças (Sofi), órgão da Sepplan.

O ministro do Planejamento, João Sayad, confirmou os números e adiantou que o orçamento do executivo para o próximo ano não prevê reajustes salariais para o funcionalismo público federal, cujas despesas deverão permanecer constantes em 87. Com isso, a rubrica "pessoal e outros encargos sociais", terá mesmo limite de gastos fixado para 1986: Cr\$ 105 bilhões.

Inflação zero

O grande charme da proposta orçamentária, revelou um técnico da Sofi, está na previsão de uma inflação zero para todo ano de 1987, mesmo levando-se em consideração as pressões de alguns segmentos industriais pelo fim do congelamento dos preços. Para o ministro Sayad, na elaboração do orçamento fiscal de 1987 não se está levando "em conta um eventual descongelamento dos preços, porque o controle continuará rígido".

Ainda segundo Sayad, já se encontram as mãos do chefe do Gabinete Civil da Presidência da República o anteprojeto de lei do excesso de arrecadação tributária de 1986, que altera a previsão inicial da arrecadação, Cr\$ 290 bilhões, para Cr\$ 340 bilhões. Os cálculos oficiais levaram em consideração que no segundo semestre de 86 o comportamento da arrecadação tributária será idêntica àquela verificada entre janeiro e junho de 86 (Cr\$ 170 bilhões). Como a economia brasileira continua aquecida, assinalam os técnicos da Sepplan, muito provavelmente a previsão de arrecadação de tributos para 1986 incluída no orçamento será bastante conservadora.

Com relação aos gastos com pessoal, segundo a Sofi, a manutenção da verba em Cr\$ 105 bilhões caracteriza a disposição do presidente Sarney de não baixar a guarda com respeito a eventuais reivindicações para contratação de mais funcionários ou de reajustes salariais incompatíveis com o programa de estabilização econômica. As despesas com pessoal em 1986, comparadas com aquelas realizadas ao longo de 1985, apresentarão um crescimento de 14,4%, já descontada a inflação.

O ministro Sayad garantiu que a previsão de inflação zero em 1987 é para valer. "Caso as despesas, por algum motivo excepcional, não 'batam' com as previsões oficiais", nós simplesmente cortaremos o excesso de gordura", afirmou. Na verdade, de acordo com os cálculos da Sofi, a inflação zero representa o otimismo oficial a respeito do comportamento da economia brasileira em 1987 (Produto Interno Bruto (PIB) de 7%), taxas de juros internacionais estáveis e cotações do barril de petróleo semelhantes às existentes hoje no mercado internacional (16 a 17 dólares o barril, no mercado a prazo).

Discussão no Planalto

Durante toda a manhã de ontem, os ministros do Planejamento e da Fazenda estiveram reunidos no Palácio do Planalto tentando "fechar" os grandes números da proposta orçamentária, que, por imposição constitucional, tem de ser encaminhada ao legislativo até o dia 31 de agosto. Os ministros Sayad e Funaro estiveram com o presidente Sarney quando discutiram longamente a respeito do total dos subsídios a serem concedidos pelo tesouro ao trigo, álcool e açúcar. Este número, até o final da noite de ontem, ainda não havia sido definido pelas autoridades econômicas, embora o global das despesas do orçamento já esteja decidida pelo Presidente da República.